

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente - José Ferraz - **PTB**
1º-Vice-Presidente - Elmiro Nascimento - **PFL**
2º-Vice-Presidente - José Militão - **PSDB**
3º-Vice-Presidente - Rêmoló Aloise - **PMDB**
1º-Secretário - Elmo Braz - **PP**
2º-Secretário - Roberto Carvalho - **PT**
3º-Secretário - Bené Guedes - **PDT**
4º-Secretário - Sebastião Helvécio - **PP**
5º-Secretário - Amílcar Padovani - **PTB**

PÁG.

- 1- ATA
 - 1.1- Reunião Ordinária
 - 2- ORDENS DO DIA
 - 2.1- Plenário
 - 2.2- Comissões
 - 3- EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
 - 3.1- Plenário
 - 3.2- Comissões
 - 4- PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES
 - 5- MATÉRIA ADMINISTRATIVA
-
-

ATA

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1994**

Presidência do Deputado José Ferraz

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - Falta de "quorum".

COMPARECIMENTO

- Às 9h16min, comparecem os Deputados:

José Ferraz - Sebastião Helvécio - Adelmo Carneiro Leão - Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Anderson Aauto - Bernardo Rubinger - Bonifácio Mourão - Célio de Oliveira - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Ibrahim Jacob - João Batista - José Braga - José Maria Pinto - Sebastião Costa - Tarcísio Henriques.

O Sr. Presidente (Deputado José Ferraz) - A lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião por falta de "quorum" e convoca os Deputados para a ordinária de debates, dia 28, às 20 horas.

ORDENS DO DIA

**ORDEM DO DIA DA 603ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 29/11/94**

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.416, que estabelece as diretrizes para a cooperação do Estado com os consórcios administrativos municipais de saúde e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.424, que dispõe sobre a quitação de crédito tributário nos casos que menciona e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao parágrafo único do art. 1º, aos incisos IV, V e VI do § 1º do art. 2º e ao art. 9º, e pela rejeição do veto ao art. 16 e a seus incisos.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.014/94, do Deputado Hely Tarquínio, que estabelece as diretrizes para a elaboração do Plano Conjunto de Atendimento Regional, com a finalidade da prestação em comum das ações e dos serviços de saúde a serem executados por consórcios administrativos intermunicipais, e dá outras providências. Incluído em ordem do dia para os fins do art. 288 do Regimento Interno.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 41/94, do Deputado Cássio Freitas, que dá nova redação ao inciso II do art. 31 da Constituição do Estado (dispõe sobre a concessão de férias-prêmio aos servidores públicos civis do Estado). A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.212/94, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel ao patrimônio do Município de São Roque de Minas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.213/94, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 11.050, de 19/1/93 (cria a Imprensa Oficial do Estado, altera a estrutura orgânica de secretarias e dá outras providências). A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.030/94, do Deputado Álvaro Antônio, que autoriza o Estado a doar imóvel ao Município de Muzambinho. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E
TURISMO E LAZER, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 29/11/94**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.755/93, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 2.078/94, do Deputado José Laviola.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 2.024/94, do Deputado Álvaro Antônio; 2.062/94, do Deputado Bené Guedes; 2.050/94, do Deputado Milton Salles.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.106/94, do Deputado Aílton Vilela; 2.142/94, do Deputado Ambrósio Pinto; 2.085/94, do Deputado Anderson Adauto; 1.721/93, do Deputado Antônio Carlos Pereira; 1.927/94, do Deputado Antônio Fuzatto; 2.140/94, do Deputado Bernardo Rubinger; 1.276/93 e 2.137/94, do Deputado Elmiro Nascimento; 2.103/94, do Deputado Francisco Ramalho; 1.030/92, do Deputado Geraldo da Costa Pereira; 1.823, 1.826, 1.828, 1.829, 1.830 e 1.831/93, do Deputado Geraldo Rezende; 382/91, do Deputado José Bonifácio; 710/92 e 1.812/93, do Deputado José Braga; 1.297/93, da Deputada Maria Elvira; 1.836/93, da Deputada Maria Olívia; 769/92, do Deputado Raul Messias; 1.539 e 1.685/93, do Deputado Reinaldo Lima; 1.835/93, do Deputado Roberto Amaral; 2.059 e 2.098/94, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 2.129/94, do Deputado Sebastião Costa; 2.002/94, do Deputado Sebastião Helvécio; 1.841/93, do Deputado Simão Pedro Toledo; 1.720/93, do Deputado Wanderley Ávila.

Requerimentos nºs 5.433/94, do Deputado Antônio Fuzatto; 5.452/94, do Deputado Gilmar Machado.

ORDEM DO DIA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 30/11/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 100ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 30/11/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.066/92, do Deputado Antônio Carlos Pereira.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 29/11/94, destinada à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 12.416, que estabelece diretrizes para a cooperação do Estado com os consórcios administrativos municipais de saúde, e 12.424, que dispõe sobre a quitação de crédito tributário nos casos que menciona; da Proposta de Emenda à Constituição nº 41/94, do Deputado Cássimo Freitas, que dá nova redação ao inciso II do art. 31 da Constituição Estadual; e dos Projetos de Lei nºs 2.030/94, do Deputado Álvaro Antônio, que autoriza o Estado a doar imóvel ao Município de Muzambinho, 2.212/94, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel ao patrimônio do Município de São Roque de Minas, 2.213/94, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 11.050, de 19/1/93, e 2.219/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha e dá outras providências; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 28 de novembro de 1994.

José Ferraz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Amaral, João Marques, José Renato, Jaime Martins, Marcos Helênio e Agostinho Patrus, membros da referida Comissão, para a reunião extraordinária a ser realizada às 15 horas do dia 29/11/94, no Plenarinho I, destinada a se apreciarem os pareceres para 2º turno dos Projetos de Lei nºs 2.212/94, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel ao patrimônio do Município de São Roque de Minas, e 2.213/94, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 11.050, de 19/1/93, que cria a autarquia Imprensa Oficial -IO-MG-, altera a estrutura orgânica de secretarias do Estado e dá outras providências.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 1994.
Célio de Oliveira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Fuzatto, José Renato, Álvaro Antônio, Dílzon Melo, Ermano Batista e Sebastião Costa, membros da referida Comissão, para a reunião extraordinária a ser realizada às 15h30min do dia 29/11/94, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar, no 1º turno, o parecer sobre as emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei nº 2.219/94, de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre a CODEVALE e dá outras providências.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 1994.
Tarcísio Henriques, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Clêuber Carneiro, Geraldo Rezende, Antônio Pinheiro, Ivo José e Ermano Batista, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Roberto Amaral, José Renato, Marcos Helênio, Agostinho Patrus, Jaime Martins e João Marques, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião conjunta a ser realizada às 10 horas do dia 30/11/94, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 2.217/94, do Governador do Estado, que amplia o limite fixado para o Poder Executivo realizar operações de crédito; e 2.241/94, do mesmo autor, que autoriza o BEMGE a constituir empresas que menciona.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 1994.
Célio de Oliveira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Audiência Pública da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Márcio Miranda, José Braga, Geraldo Rezende e Antônio Genaro, membros da referida Comissão, para a 7ª Audiência Pública a ser realizada às 14 horas do dia 30/11/94, na Câmara Municipal de Alfenas, destinada a apurar denúncias de abusos de autoridade praticados por policiais militares daquele município.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 1994.
Maria José Haueisen, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

601ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discurso Proferido em 23/11/94 pelo Deputado Bené Guedes

O Deputado Bené Guedes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto à tribuna, desta vez, para, com muito prazer, registrar dois acontecimentos que muito me gratificaram e que muito alegraram a nossa região, a Zona da Mata. Gostaria de citar, primeiramente, a aprovação de um projeto de lei, de minha autoria, que foi sancionado e transformado em lei pelo Governador Hélio Garcia e que autoriza o Poder Executivo a doar à Liga Esportiva Leopoldinense imóvel situado na cidade de Leopoldina e que tem cerca de 13.000m2 de área construída. Trata-se de um imóvel que, há mais de 20 anos, foi ocupado por aquela entidade, que tive a honra e o privilégio de presidir durante seis anos e na qual militei por muito tempo como atleta, desportista e dirigente. Nossa luta vem de muito longe. Em certa oportunidade, ela teve também a participação do ilustre Deputado Fernando Junqueira, que, por muitos anos, representou a nossa região, especialmente Leopoldina, nesta Casa. Ele, de certa feita, tentou uma doação, em função daquilo que sempre foi realizado pela entidade em benefício do esporte amador leopoldinense. Infelizmente, naquela época não obtivemos êxito: obstáculos intransponíveis impediram aquela doação.

Mas quis o destino que este Deputado que vos fala tivesse a oportunidade de lutar, aqui nesta Casa - e quero, neste momento, agradecer aos meus pares, que, nas comissões, me ajudaram a concretizar esse objetivo, e agradecer, também, à delegacia de ensino da nossa querida Leopoldina, que deu parecer favorável - para que aquela entidade pudesse conseguir, finalmente, um patrimônio que vai, com toda certeza, receber melhoramentos consideráveis e possibilitar maior incentivo ao nosso esporte. Existe, hoje, o Projeto Zico, dando condições a muitos clubes e entidades de fazer

com que o esporte melhore suas condições. Nosso esporte está empobrecido, principalmente o amador. Existem inúmeras dificuldades, e só mesmo quem milita, quem dirige ou pratica algum esporte sente na carne essas dificuldades.

Agradeço, portanto, de forma muito especial, ao Governador Hélio Garcia, que foi sensível à nossa solicitação, e agradeço a todos os Srs. Deputados. O esporte de Leopoldina, tenho certeza, irá viver um novo tempo. Vamos, a partir de agora, formar um grande grupo, que muito poderá fazer pelo esporte e que poderá transformar aquela área em um verdadeiro parque social, através de atividades sociais e desportivas. Em função de tudo isso, quero também homenagear a todos os dirigentes que, por muitos anos, lutaram pela nossa Liga Esportiva Leopoldinense, cada qual dando seu quinhão, dando sua contribuição. Tudo aquilo que foi feito não é obra de uma pessoa só, mas de muitas, das autoridades constituídas do município, que nunca deixaram de dar sua colaboração para o esporte amador de Leopoldina. Portanto, hoje é um dia gratificante para mim. Uma das metas que busquei nesta Casa foi a de dar vida própria ao esporte leopoldinense, através da conquista desse estádio. Uma outra notícia que quero transmitir, com muita satisfação, é relativa a nossa presença, ontem, na cidade de Além Paraíba, ao lado do Presidente da COPASA, Dr. Ruy Lage, e do Dr. Rubens Brant, quando se realizou a assinatura da renovação do contrato de concessão de serviços para a COPASA, que há muitos anos vem fazendo um bom trabalho. Tínhamos receio de que ocorresse o mesmo que ocorreu na cidade de Muriaé, onde o contrato foi rescindido. Não gostaríamos de entrar no mérito dessa rescisão, e sim, dizer, aqui, que agradecemos aos Vereadores que nos ajudam. O Deputado Sebastião Helvécio sempre teve uma participação importante em Além Paraíba. A Câmara agiu corretamente ao discutir o problema em sua abrangência total, e, felizmente, prevaleceu o bom-senso. A assinatura desse contrato vai dar tranqüilidade não só à Prefeitura, mas aos habitantes daquela cidade. Serão investidos cerca de US\$1.500.000,00, o que vai duplicar a produção de água, e todas as casas de Além Paraíba receberão o precioso líquido.

Temos a certeza de que o Deputado Sebastião Helvécio tudo fez, pois sabe da importância da COPASA na Zona da Mata, e ficamos felizes porque, numa época de carência de recursos, nossa cidade vai ser beneficiada com obras e com trabalho para muitos.

Esperamos que o desenvolvimento continue a chegar à nossa região. Cremos que teremos um novo Governo com muita vontade de trabalhar e acertar, e é para isso que vamos trabalhar aqui na Assembléia, de mãos dadas para que nossa região possa realizar seus maiores anseios.

601ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Discurso Proferido em 23/11/94 pela
Deputada Maria Elvira

A Deputada Maria Elvira* - Sr. Presidente, colegas Deputados, senhoras e senhores presentes às galerias, jornalistas, em primeiro lugar, gostaria de comunicar que hoje à noite não estarei aqui, porque viajo às 17h40min para Brasília, onde representarei esta Casa num evento importante que é o II Encontro da Unidade do Turismo Nacional.

Como Deputada Estadual há oito anos, muito ligada ao setor turístico, acho importante estar lá presente, quando serão homenageados os novos Deputados Federais eleitos e os reeleitos, os novos Senadores e Governadores do Brasil.

Quem organiza esse encontro é ABAV-Associação Brasileira dos Agentes de Viagem, a ABIH-Associação Brasileira de Indústrias de Hotéis e vários segmentos de transportadores, da aviação, enfim todos os envolvidos com a indústria turística no Brasil.

Nós temos uma grande esperança de que o Dr. Fernando Henrique Cardoso terá, juntamente com sua assessoria, sensibilidade, percepção, inteligência, para enxergar que o turismo é o futuro do Brasil.

Não podemos continuar deixando escapar por entre nossos dedos milhões de dólares que o turismo traz a cada ano aos países onde a indústria do turismo é bem administrada, bem planejada e onde existe, com clareza, uma política de turismo em nível nacional.

Portanto, esse evento não é o que chamaríamos de "oba-oba". Foi um encontro de governadores e deputados federais, eleitos e reeleitos, senadores e toda a indústria do turismo nacional, tentando firmar os passos para o próximo ano, para que comecemos com o pé direito e para que os novos governos estaduais entendam que não basta investir e que é necessário criar uma mentalidade no povo, naquelas pessoas que recebem o turista nos aeroportos, na estação de trem, no táxi, de que o turismo é bem-vindo e será a redenção da economia brasileira. São milhares de dólares que vêm de outros países e que irão resolver os nossos problemas.

Acho engraçado quando as pessoas falam que é necessário melhorar a saúde, a educação, pagar melhor os professores, etc. e se esquecem de perguntar de onde virá o dinheiro para tudo isso. Vamos aumentar, ainda mais, os impostos dos empresários e dos trabalhadores? Seguramente não. Hoje, existe uma mentalidade clara de que o nosso

esquema tributário tem que ser mudado. Temos que criar formas de produzir o dinheiro e o turismo é essa indústria inteligente, sem chaminés, que não polui e que pode resgatar a fome e a miséria do Brasil, se tivermos inteligência e visão para fazer da forma certa, como a Espanha e a Alemanha fizeram e como o México está fazendo. Temos vários exemplos de países que se dirigiram para esse objetivo e que tiveram sorte porque fizeram bem feito, porque plantaram e, por isso, colheram.

Gostaria, ainda, de fazer um elogio. A Associação Comercial de Minas, entidade a que pertencço há mais de uma década, sendo sua diretora até hoje, realizou mais um Café Parlamentar, na manhã de ontem, e recebeu, como convidados especiais, o Cel. PM Mário Lúcio Calçado, Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas e o Cel. PM Edvaldo Piccinini Teixeira, Comandante do policiamento da Capital. Eles lá foram para falar de um problema que está afligindo muito os mineiros e até os paulistas. Trata-se do movimento que está sendo feito no Rio de Janeiro pelo Exército brasileiro para coibir o tráfico de drogas. Com esse esquema, aliás necessário, que o Governo está fazendo, marginais fogem daquela cidade, existindo o risco de que, perseguidos pelas forças do Exército, venham para Minas.

Também temos um esquema de segurança, principalmente no centro de Belo Horizonte, durante o mês de dezembro que, devido ao Plano Real, este ano promete ter o melhor Natal dos últimos anos, levando grande massa de população às compras no centro da cidade.

Ontem, o Cel. PM Mário Lúcio Calçado, juntamente com o Cel. Edvaldo Piccinini Teixeira, a convite do dinâmico Presidente da Associação Comercial, Lúcio Bemquerer, esteve naquela Casa, debatendo e explicando os seus projetos, planos e dificuldades, no comando da Polícia Militar de Minas Gerais. Aliás, a PM de Minas Gerais é considerada uma das melhores do Brasil, senão a melhor.

Hoje, estou falando mais sobre amenidades, mas isso também é bom! Gostaria, ainda, de comentar sobre a reunião da qual participei na casa da Profa. Beatriz Azevedo, que está incrementando, em Minas Gerais, o International Women Club. Trata-se de um clube de mulheres que já existe em diversos países e também em vários estados da Federação. Eu mesma já estive em Alagoas e em Sergipe fazendo palestras a convite do International Women Club. Nessa reunião, no Bairro Mangabeiras, estava presente a Dra. Nara Ferraz, Presidente da ASFAS, primeira dama da Assembléia de Minas, esposa do Presidente José Ferraz, que nos disse estar tentando um trabalho comum. Não se trata de um trabalho de assistência social, termo que está ficando em desuso, mas sim, de desenvolvimento social, que é muito mais importante do que a assistência. A Dra. Nara Ferraz nos apresentou um projeto que já foi divulgado pela imprensa, mas que eu gostaria, de público, como Deputada desta Casa, que já está se retirando, de fazer justiça a esse trabalho.

A Dra. Nara e sua equipe estão criando o Armazém de Minas, que será inaugurado no dia 22 de dezembro. Eu gostaria de convidar, de sugerir aos Deputados, funcionários e amigos que compareçam à inauguração para conhecerem o Armazém de Minas. A propaganda diz o seguinte: "Dá uma beliscadinha pra ver se não é sonho - Todas as delícias caseiras do interior estão ganhando sabor de sucesso. É que a ASFAS lançou o Programa Armazém de Minas. Agora, a comida caseira sai do interior de Minas e vai direto para a sua mesa. Direto mesmo, sem intermediários. E isso deixa o preço final magrinho, magrinho. Armazém de Minas. Pode acreditar: você está acordado".

Trata-se de uma realização da ASFAS com o apoio da EMATER de Minas Gerais. O Armazém de Minas - o sabor da nossa casa - funcionará na Rua Curitiba 2.002, esquina com Av. Álvares Cabral - Lourdes. A idéia é muito boa: colocar algo que pode dar dinheiro em um bairro de gente rica, entre aspas, ou seja, em um bairro de poder aquisitivo alto. As pessoas comprarão esses produtos e o dinheiro será revertido para as obras de desenvolvimento social, para as pessoas pobres. Isto é inteligente e racional, e eu gostaria de cumprimentar a todas as companheiras da ASFAS pelo projeto.

Terminando, Sr. Presidente, Deputado Bené Guedes, gostaria de dizer quais produtos encontraremos nesse armazém. Teremos a araruta. Na área da cana teremos: o açúcar mascavo, batida, melado, rapadura e tijolo. Na área da carne teremos: defumados e produtos para feijoada. Na área de frutas teremos: frutas cristalizadas, compotas, doces em barra, doces em calda, doces secos, frutas desidratadas, geléias, licores e polpa cremosa. Inclusive, deve haver o famoso doce de manga de Leopoldina terra natal do Deputado Bené Guedes. É o melhor doce de manga do mundo! A rainha Elizabeth já ganhou e comeu do doce de manga de Leopoldina, e ficou encantada! Na área do leite teremos: doce de leite, manteiga, mussarela, queijo provolone, queijo curado e requeijão. Na área da mandioca teremos: beju doce, beju salgado, farinha lisa, farinha de tapioca, mandiopan ou pororoca, polvilho azedo e polvilho doce. Na área do milho teremos: canjica, canjiquinha, fubá de canjica, fubá comum e milho de pipoca. Teremos quitandas e mel. Na área de condimentos teremos: açafrão, coloral, pasta de alho, pimenta e temperos. Teremos, ainda picles e feijão. Realmente, esses produtos dão água na boca! O melhor é que, além de tudo isso, esses produtos reverterão em dinheiro, para que a ASFAS promova o desenvolvimento social em Minas Gerais. São

várias as suas obras sociais, mas elas serão desenvolvidas, principalmente no Bairro Jardim América, onde há os gabinetes odontológicos, que atendem à população carente de Belo Horizonte.

Só queria fazer uma correção com relação ao nosso jantar de hoje à noite em Brasília. Não me lembrei de citar dois outros patrocinadores: além da ABAV - Associação Brasileira de Agências de Viagem, há a ABIH - Associação Brasileira de Indústrias de Hotéis e a ABLA - Associação Brasileira de Empresas Locadoras de Autos Veículos. Era o que tinha a dizer. Agradeço a oportunidade.

* - Sem revisão da oradora.

601ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discurso Proferido em 23/11/94 pelo

Deputado Antônio Carlos Pereira

O Deputado Antônio Carlos Pereira - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, assistimos, lemos e ouvimos, há algumas semanas, quando se discutia o posicionamento dos partidos políticos para o segundo turno das eleições, declaração do ex-Governador Newton Cardoso de que teria pago ou subvencionado alguns parlamentares desta Casa para evitar que aqui prosperasse o processo de "impeachment". Queria fazer algumas considerações.

A primeira é sobre a gravidade da denúncia feita. Não é uma questão menor, pequena, lateral, quando um ex-Governador afirma - e há inúmeras testemunhas disso - que pagou - não se sabe com que recursos - para que alguns parlamentares votassem a seu favor ou impedissem que determinado processo seguisse seu curso nesta Assembléia. Quero deixar claro que essa questão não envolve apenas o ex-Governador e seu partido, o PMDB. Esse não é um tema da esfera privada, de um agrupamento político. Ele diz respeito a procedimentos da esfera pública e, mais ainda, diz respeito a uma instituição, a Assembléia Legislativa, que está no centro do debate.

Os fatos, se realmente ocorreram, comprometem não apenas as pessoas eventualmente envolvidas, mas a instituição dentro da qual o processo teve curso - infelizmente deixou de ter o curso natural que deveria, naquela época.

Da mesma maneira, a mim, me estranhou bastante o fato de pairar sobre as declarações do ex-Governador um solene silêncio. Se fosse mera disputa política, se fosse mais um daqueles excessos, de que infelizmente a política mineira é cheia, seríamos até tolerantes, tentaríamos compreender. Mas o que essas declarações envolviam era muito grave e sério. Foi estranho que as pessoas se comportassem como se absolutamente nada tivesse acontecido.

Tivemos, logo depois, a iniciativa de solicitar à Mesa da Assembléia que tomasse algumas providências por compreender - e essa compreensão não se alterou em absolutamente nada - que as declarações diziam respeito à instituição legislativa, ao Poder Legislativo de Minas Gerais. Após alguns dias, soubemos que a Mesa da Assembléia entendia que isso não era da sua órbita. Vou além. Tampouco é da minha órbita pessoal. Eu sequer era Deputado na época e não continuo como Deputado na próxima legislatura.

Não se trata de singularizar os sujeitos e aqueles a quem caberiam determinadas iniciativas. Trata-se de fazer com que os fatos sejam efetivamente esclarecidos. Como não houve iniciativa da Mesa da Assembléia no sentido de fazer esse levantamento, nós - esse nós é muito antipático, soa como plural de majestade - eu e os Deputados Péricles Ferreira e Milton Salles tomamos a única providência possível, a nosso juízo, e dentro do nosso limite de competência, que é recolher o número mínimo de assinaturas para que se constitua uma comissão parlamentar de inquérito que averigüe as declarações do ex-Governador. Sei que há sempre um risco de vulgarizar um instrumento que deveria ser tratado com muita cautela, com muito rigor, que é o instrumento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Houve um momento, neste País, principalmente depois do escândalo do orçamento federal, em que, a qualquer suspeita de irregularidade, por menor que fosse, a saída fácil, a panacéia para todos os males, era a CPI. Isso é perigoso e ruim até para o funcionamento democrático. Mas, na medida em que não nos restou qualquer outra alternativa, estamos encaminhando e formalizando, neste momento, um texto que passo a ler, encabeçado pelos Deputados Péricles Ferreira, Milton Salles e por mim e mais 24 outros Deputados, que diz: "Os Deputados que este subscrevem vêm requerer, na forma regimental, a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para, no prazo de 60 dias, proceder a investigação quanto à veracidade da afirmativa feita pelo Sr. Newton Cardoso, durante reportagem realizada pela rede de televisão SBT no dia 18 de outubro de 1994, em que declarou ter pago a alguns Deputados Estaduais, na época em que ocupava o cargo de Governador do Estado, para que os mesmos votassem a seu favor durante o processo de "impeachment" a que estava sendo submetido nesta Assembléia Legislativa, ao final da legislatura passada. Sala das Reuniões, 26 de outubro de 1994".

Por fim, quero dizer que a nossa expectativa é de que essa solicitação não tenha o mesmo fim de outros processos que, ou caminham a passos de tartaruga nesta Casa ou,

solenemente, dormitam nas gavetas, tais como solicitações da Justiça e do Ministério Público. Isto é uma afronta claríssima e inaceitável, ao princípio ético-democrático, com estas atitudes a ética na política tem sido violada. Insisto e reitero que, sob o meu ponto de vista, não há nenhuma questão pessoal nisso, porque reafirmo: não permaneço nesta Casa, não farei parte desta Comissão. Mas, tenho a firme convicção de que, se a Assembléia de Minas não for capaz, de uma forma serena, tranqüila, cuidadosa e ao mesmo tempo, de uma forma corajosa, de apurar tudo isso até as últimas conseqüências e, na eventualidade de se confirmar as declarações do Sr. Newton Cardoso, punir, naquilo que é de sua responsabilidade e sua competência, esta Assembléia estará abrindo mão de sua responsabilidade e, mais ainda, o que é mais grave e pior, estará fazendo com que este Poder tenha o seu crédito, a sua respeitabilidade abalados. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

602ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discurso Proferido em 24/11/94 pelo

Deputado Bené Guedes

O Deputado Bené Guedes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, pessoas presentes nas galerias, ontem, ao falar sobre o convênio assinado, na cidade de Além Paraíba, entre a Prefeitura Municipal e a COPASA não citei, por um lapso, o nome do Prefeito Fernando Lúcio Dorneles, um dos principais responsáveis por aquele ato. Em razão disso, retorno a esta tribuna para mencionar, com muita honra e prazer, a pessoa do ilustre Prefeito, porquanto a sua participação foi fundamental para a celebração do citado convênio. Devo dizer ainda que ele vem administrando aquela cidade com muita competência. É uma pessoa que merece o respeito das lideranças da Zona da Mata, como também o Gerente-Regional da COPASA, em Leopoldina, Dr. Bretas. Desejamos que o trabalho que está sendo efetivado naquela cidade, com investimentos da ordem de US\$1.500.000,00, seja realmente dos mais benéficos para a população além-paraibana.

Foi, realmente, motivo de muita satisfação paranoés estarmos em Além Paraíba, naquela oportunidade. Temos a certeza de que, daqui para a frente, vamos conseguir outros benefícios como, por exemplo, a construção das casas populares, que é uma importante reivindicação do Prefeito Fernando Lúcio. Estamos trabalhando, há muito tempo, junto ao Governo do Estado e à COHAB, para que tal coisa aconteça. E vamos nos esforçar ainda mais.

Quero agradecer, ainda, o apoio dado pela Câmara de Vereadores daquela cidade, que é presidida pelo ilustre Vereador Antônio Guimarães, que, também, com muita competência, conseguiu, junto com seus pares, a aprovação desse convênio, que foi um acontecimento dos mais valiosos para Além Paraíba. Esperamos voltar brevemente a essa cidade para estabelecer novos contatos e continuar o trabalho que vem sendo feito. Portanto, quero dar os parabéns e deixar as minhas desculpas ao Prefeito Fernando Lúcio Dorneles porque, ontem, quando me manifestei a respeito daquele acontecimento, não mencionei o nome da ilustre autoridade. Muito obrigado.

602ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discurso Proferido em 24/11/94 pelo

Deputado Gilmar Machado

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, ocupo esta tribuna, hoje, para tratar de dois assuntos que considero polêmicos e essenciais para que se possa ter confiança no futuro do País e de Minas. O primeiro deles é o rompimento do acordo do Governo Federal com os petroleiros. O segundo, a necessidade urgente de se fazer a tão discutida - e da mesma forma protelada - isonomia salarial em Minas Gerais.

Começo pelo assunto de repercussão nacional e que tem reflexos diretos em Minas Gerais, em virtude de termos aqui a refinaria Gabriel Passos. Muitos podem considerar uma ingenuidade o fechamento de um acordo verbal entre uma categoria de trabalhadores e um governo. No entanto, no que se refere a formas de conduta, percebe-se que os trabalhadores estão bem mais preparados eticamente que aqueles cuja função é gerenciar os destinos do País.

Quando uma categoria de trabalhadores diz: "Vamos entrar em greve", ela vai entrar em greve. Quando diz: "Vamos voltar ao trabalho", de fato volta ao trabalho. Não precisa assinar acordo. O mesmo não acontece quando do outro lado estão a iniciativa privada ou, neste caso específico, o Governo. A possível "ingenuidade" dos petroleiros se pautou exclusivamente na confiança de que aqueles que governam o País têm palavra. Não têm.

Em virtude disso, da falta de palavra do Governo, só resta aos trabalhadores fazerem uso de um mecanismo pouco popular e eterno bode expiatório das elites, reproduzido em larga escala pela imprensa: a greve. Não há como não apoiar o movimento dos petroleiros. Eles foram traídos por aqueles que deveriam zelar pelos interesses da Nação. Pelo visto, passado o período eleitoral, novamente o Presidente Itamar Franco se esmera em cometer "burradas".

O mais lamentável nesse episódio é que tudo foi armado a fim de deixar passar o

período eleitoral, garantindo a vitória do candidato do Governo. Passadas as eleições, que volte a realidade dos desacertos, das trapanças, da carga pesada em cima do trabalhador. Com a arrogância daqueles que só conseguem deter a razão à base da força, o Ministro do Planejamento Beni Veras vocifera diante das câmeras e dos microfones, ameaçando quem entrar em greve com a demissão. "O Governo é forte", esbraveja, como se nessa frase estivesse contida toda uma necessidade de auto-afirmação. De fato, com atitudes como esta, a ruptura de um acordo discutido e fechado, quem deveria se demitir é o Governo. Por tudo isso, venho aqui me solidarizar com os petroleiros. A categoria tem todo o apoio do PT e de nossa bancada na Assembléia Legislativa do Estado de Minas.

O outro assunto que me traz a esta tribuna é a falta de isonomia salarial em Minas Gerais. Mesmo que de forma morosa e fora daquilo que seria ideal, o Governo Federal vem trabalhando a fim de melhorar a situação dos servidores, iniciando o processo de implantação da isonomia. No entanto, em nosso Estado, nada vem sendo feito.

Gostaria de manifestar minha insatisfação com tal fato. O Governador Hélio Garcia e seus auxiliares só falam, falam e falam. Isonomia, nada. É preciso deixar claro que Minas Gerais precisa tratar de maneira mais digna uma parcela importante da população ativa, os servidores públicos.

Na semana passada, votamos a suplementação de verbas para o Estado. Para sua aprovação, foi garantido que 23% seriam utilizados na recomposição dos salários do funcionalismo público. Nós esperamos que, diferentemente do Governo Federal, que descumpriu o acordo com os petroleiros, o Governo de Minas cumpra com aquilo que nesta Casa foi negociado. Os servidores estão com seus salários aviltados, vítimas da falta de uma política salarial e das defasagens que se acumulam desde 1986.

Que não venham novamente os reajustes setORIZADOS. Também os salários dos funcionários do Legislativo e do Judiciário estão defasados. A maneira de se fazer isonomia por parte de alguns governantes é, no mínimo, vexamosa. Deixam à míngua aqueles funcionários que hoje têm salários um pouco mais altos e reajustam os salários dos outros. Muito fácil, pouco convincente.

A impressão que nós temos é que não existe inflação neste País. Por menor que ela seja, seu acúmulo vem sendo sentido por todos.

Deve-se recompor o salário de todo o funcionalismo e, concomitantemente, fazer a isonomia salarial. Essa é a atitude sensata que se espera deste final do Governo Hélio Garcia.

Nós, da Bancada do PT, estaremos aqui para lutar no sentido de que isso ocorra. Queremos mais transparência nas contas do Governo, melhor tratamento para o funcionalismo público, tanto do ponto de vista salarial quanto em matéria de condições de trabalho, tudo isso garantindo a isonomia salarial e uma política salarial para os servidores. Sem isso, Minas não terá futuro. Obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

Convite

Conhecidas as propostas e realizado o julgamento, foi declarada vencedora a firma:

Convite nº 271/94

Em 21/11/94 - Café Minas Rio Ltda. - Contratação, por um período de 12 meses, de fornecimento de café em pó - R\$3.822,00/anual.

EXTRATO DE CONVÊNIO

TERMOS DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E AS ENTIDADES ABAIXO DISCRIMINADAS, CUJO OBJETO É A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO PARA DESPESA DE CAPITAL

CONVÊNIO Nº 02855 - VALOR: R\$500,00.

ENTIDADE: BANDA ESCOLA MUSICA MAXIMIANO NEPOMUCENO - LIMA DUARTE.

DEPUTADO: ROBERTO CARVALHO.

CONVÊNIO Nº 02909 - VALOR: R\$500,00.

ENTIDADE: SOCIEDADE AMIGOS GRUPO ROSA MISTICA - SANTANA MONTES.

DEPUTADO: ELMO BRAZ.
